

MÍDIA E DISCURSOS SOBRE A UNIVERSIDADE BRASILEIRA DURANTE A GREVE DE 2015

Maria Stella Galvão Santos

RESUMO

A pesquisa desenvolvida em torno do tema “Grande mídia e a construção de uma legitimidade discursiva sobre a universidade brasileira durante a greve de 2015”¹ articulou-se com base em questionamentos relacionados à interação entre dois campos de tensão: o educacional e o midiático. Seu objetivo central foi analisar a produção discursiva da grande mídia sobre a universidade pública brasileira, a partir das notícias veiculadas durante a greve de docentes e servidores dessas instituições, no ano de 2015, com a finalidade de desvelar as estratégias de veiculação de pontos de vista sobre a universidade e o movimento paredista. Estas posições são representativas dos interesses de diferentes grupos sociais que constroem uma hegemonia discursiva no âmbito das disputas de sentidos produzidas no cenário e período estudados.

PALAVRAS-CHAVE: Universidades, Mídia, Educação Pública, Análise Crítica do Discurso.

MEDIA AND DISCOURSES IN 2015 BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITY STRIKE

ABSTRACT

This research was developed about “Great media and the construction of a discursive legitimacy in 2015 brazilian public university strike”. The research aimed to analyze the tension between two sides, the university and the media. Its goal was to analyze the discursive production of the mass media on the Brazilian public university, based on the news published during the teachers’ and employees’ 2015 strike, in order to find strategies both sides, university leaders and strikers had adopted to defend their points of view. These positions show distinct social groups’ process to build a discursive hegemony in the discourse building during the studied period.

KEYWORDS:

Keywords: Universities, Medias, Public Education, Critical Discourse Analysis.

¹ Tese de doutorado em Educação (2015-2018), PPGED UFRN.

INTRODUÇÃO

O foco de observação deste trabalho, extraído de nossa tese doutoral² é a greve das universidades federais brasileiras em 2015 e a cobertura deste fato realizada por quatro mídias (Folha de S. Paulo-FSP, O Estado de S. Paulo-OESP, Correio Braziliense-CB e portal G1), sinalizando os diversos discursos da chamada grande mídia brasileira acerca das instituições públicas de ensino superior no país. O objeto de pesquisa é então constituído pelas produções discursivas veiculadas pelas quatro mídias sobre a universidade brasileira no contexto de ocorrência da greve de 2015, a mais longa realizada [após os governos militares – 1964-1985] entre os meses de maio e outubro, totalizando 139 dias. Parte-se do pressuposto de que esses discursos, dada a posição ocupada no espaço social pelos agentes que os construíram e veicularam, tinham por finalidade precípua construir, por meio de editoriais, artigos e formas de edição das notícias e reportagens, uma determinada ‘verdade’ sobre o formato e as funções da instituição pública universitária naquele contexto e no cenário da educação superior brasileira.

Assim, reflete-se sobre produção discursiva, assumindo-se que os meios e suas mensagens difundem configurações de sentido nas quais estão inscritas as consequências dos “efeitos de posição” de sua localização no espaço social e, particularmente, no campo jornalístico. Com esta finalidade nos propusemos a recortar a cobertura realizada por quatro meios de distribuição massiva, de maneira a produzir, como proposto por Bourdieu (2004, p. 128), “um informe dos informes produzidos por sujeitos sociais”. Os dados coletados foram produzidos e veiculados durante o período da greve (28/05 a 13/10/2015) pelos veículos escolhidos – em sua interface digital –, de presença destacada no universo midiático brasileiro.

É nesta perspectiva de desvelamento que reside o nosso problema de pesquisa, que se consubstancia na possibilidade de capturar um momento da história recente do país, do campo acadêmico e do posicionamento midiático. Buscamos as ferramentas que nos permitissem produzir uma análise crítica das estratégias discursivas operadas pelos meios de comunicação³ (considerando, naturalmente, o recorte de nosso universo empírico) sobre a universidade pública brasileira no contexto da greve de 2015. Isso nos leva à formulação da pergunta chave deste trabalho de pesquisa: “Quais discursos hegemônicos emergem do noticiário sobre a greve de 2015 e de que maneira eles expressam uma dada visão de forças políticas e de formadores de opinião no âmbito da universidade pública brasileira?”

Convém esclarecer que, ao falarmos em discurso hegemônico no universo noticioso, utilizamos como referência o conceito de hegemonia desenvolvido pelo filósofo marxista italiano Antonio Gramsci na primeira metade do século XX, conforme apresentado pelo pesquisador brasileiro em comunicação Dênis de Moraes (2010). Ele afirma que a perspectiva gramsciana ajuda-nos a desvendar os jogos de consenso e dissenso que atravessam e condicionam a produção simbólica nos meios de comunicação, interferindo na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder na contemporaneidade.

² Cujá defesa ocorreu em agosto/2018 junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN.

³ Em latim, “meio” se diz *medium* e, no plural, “meios” se diz *media*. Os primeiros teóricos dos meios de comunicação empregaram a palavra latina *media*. Como eram teóricos de língua inglesa, diziam: *mass media*, isto é, os meios de massa. A pronúncia, em inglês, do latim *media* é “mídia”. Quando os teóricos de língua inglesa dizem “the media”, estão dizendo: “os meios”. Por apropriação da terminologia desses teóricos no Brasil, a palavra “mídia” passou a ser empregada como se fosse uma palavra feminina no singular – “a mídia”. (CHAUÍ, 2006, p. 35).

Segundo Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. (GRAMSCI 2002 *apud* MORAES, 2010, p. 55).

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Adotamos como referencial metodológico a análise crítica do discurso, em nosso caso a abordagem de van Dijk e Fairclough, que oferece valiosas ferramentas para explorar as dimensões discursivas do mundo jornalístico. A ACD se preocupa, conforme explica Teun van Dijk (2009), em demonstrar “como mediante o texto e a fala em um contexto social e político se promove, reproduz e se combate o abuso de poder, a dominação e a desigualdade” (2009, p. 23). Contemplado desde meados dos anos 1960, este campo de estudos se institucionalizou de forma mais explícita a partir da década de 1980. Este tipo de análise bebe, entre outras fontes, na Linguística Crítica, conduzida no final da década de 1970 na Inglaterra por Roger Fowler, que propôs ferramentas de viés linguístico para analisar as relações entre linguagem, poder e controle social. Nesta direção convergem as ideias do também britânico Norman Fairclough, para quem a prática discursiva é indissociável da prática social.

Diferentes discursos são diferentes perspectivas sobre o mundo, e eles estão associados com as distintas relações que as pessoas assumem com o mundo, o que, por sua vez, depende de suas posições no mundo, suas identidades sociais e pessoais, e as relações sociais que elas instauram com os outros. Discursos não só representam o mundo como ele é (ou melhor, como ele é visto que é); eles são também projetivos, imaginários, representando mundos possíveis que são diferentes do mundo real, e ligados a projetos para mudar o mundo em determinadas direções. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124)

Na perspectiva destes autores, o discurso dos meios de comunicação condiciona a concepção de uma cooperação por parte do público, já que informar consiste em expor uma forma de relato que implica a tomada de posição sobre os acontecimentos. Às vezes esta narrativa é explícita e outras implícita, mas o estudo da linguagem em seu contexto permite trazê-la à superfície. Analisar o discurso é "inevitavelmente um processo estruturado que, se feito corretamente, tem que revelar ideologias, valores e posições implícitas, mostrando assim que o discurso é sempre uma representação de um certo ponto de vista." (FOWLER, 1991, p. 209).

Em nossa pesquisa, após reunido o material noticioso, criamos **Categorias** de sistematização dos dados para futura análise, conforme se lê:

1. **Gêneros Jornalísticos:** Determinação do formato editorial das notícias por veículo e da frequência de veiculação dos cinco formatos que elencamos: editorial, artigo de opinião, entrevista, reportagem e notícia [relato curto, limitado em geral a uma fonte de informação].
2. **Frequência das Notícias:** Utilizada para mensurar o número mensal de publicação de notícias por cada veículo ao longo da paralisação, desta maneira permitindo-nos realizar inferências acerca dos critérios de edição da greve em cada um dos quatro noticiários.

3. **Temas:** Neste tópico, elegemos a distribuição temática do noticiário ao longo dos quase cinco meses de duração da greve de 2015. Com base nestes dados, foi possível averiguar a elevada ou reduzida ênfase dos meios de comunicação a determinado assunto ou abordagem.
4. **Fontes:** Quais as vozes decalcadas do noticiário sobre a greve das universidades de 2015? Qual a participação proporcional obtida no cômputo geral das publicações do *corpus* por nós analisado? Respondemos estas questões a partir dos dados sistematizados nesta categoria.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Debruçamos-nos sobre o tema da greve de 2015 nas universidades brasileiras por entendermos a necessidade de um exame detido sobre o cenário político daquele momento histórico, em meio à paralisação de atividades em até 60 das 63 instituições federais de ensino superior. E, ao orientar nossa proposta de estudo para o campo jornalístico, buscamos trazer a discussão sobre a grande mídia desenvolvida pelo menos três décadas antes por Bourdieu. Foi determinante, ainda, nossa experiência no interior da prática jornalística, que nos permitiu trabalhar os dados desde uma perspectiva de sujeito envolvido com seu campo de pesquisa, “já que, por estar inscrito no espaço em questão, esse alguém não é *indiferente* e é dotado de categorias de percepção, de esquemas classificatórios que lhe permite estabelecer diferenças, discernir e distinguir.” (BOURDIEU, 2014, p. 23, grifo do autor)

O estudo dos efeitos dos discursos produzidos pelos meios de comunicação tem se revelado de importância crucial na medida em que se faz necessário compreender os processos que intervêm nesta produção e seus efeitos na opinião pública, em contextos e cenários como o que elegemos como foco de nossa tese. Também é inegável a influência dos meios de comunicação no cotidiano da sociedade, na medida em que, a despeito da pulverização das formas de acesso à informação na atualidade, prosseguem fornecendo aos receptores a hierarquização de assuntos a serem pensados/falados. A realidade social também passa a ser representada por um cenário montado a partir da mídia, como se fosse por ela atravessada, o que torna ainda mais necessário o desvelamento dos seus mecanismos de naturalização e legitimação. Uma obra de referência nesta tese, ‘O Poder Simbólico’, de Bourdieu, aponta a apropriação do senso comum como um dos elementos que buscam ressaltar uma dada atividade:

Uma das estratégias mais universais dos profissionais do poder simbólico consiste em por o *senso comum* do seu próprio lado apropriando-se das palavras que estão investidas de valor por todo o grupo, porque são depositárias da crença dele. (BOURDIEU, 1989, p. 143) [grifo do autor]

Em ensaio no qual se propõe a expor as camadas noticiosas que oscilam entre ‘Simulacro e Poder’, Marilena Chauí (2006) lembra-nos que a ideologia se expressa hoje por mecanismos que a tornam invisível porque não parece construída nem proferida por um agente determinado, convertendo-se em um discurso anônimo e impessoal, que parecer brotar espontaneamente da sociedade como se fosse o ‘*discurso do real*’. “A eficácia do discurso veiculado pelos meios de comunicação decorre do fato de que ele não se explicita senão parcialmente, como discurso político, e isso lhe confere generalidade social”. (LEFORT, 1982 *apud* CHAUI, 2006, p. 75).

Ao nos reportarmos ao universo da educação superior, observamos que ele está carregado de interesses e de valores próprios da cultura de cada sociedade, como acentua Gamboa (2009). Os projetos educativos são o resultado dos jogos de poder presentes em todo grupo humano. “No final do século XX, por exemplo, pôde-se começar a constatar a expansão do tecnicismo educativo atrelado aos interesses do capitalismo global para formar um *homo faber* mais eficiente e útil.” (GAMBOA, 2009, p. 86). Na atualidade, assiste-se ao avanço da maré globalizante regulada primordialmente pelo mercado, na verdade, conforme Castanho, “pela máquina portentosa de conformação do mercado que é a mídia, progressivamente cartelizada e, graças à tecnologia de transmissão via satélite, rigorosamente internacionalizada”. (CASTANHO, 2009, p. 21). Os impactos também são perceptíveis em termos da recepção dos conteúdos disseminados, como observa o autor, em parte como estratégia da “hegemonia da ideologia neoliberal, tornada *vox una populi*, em parte pela manipulação dos instrumentos de conformação mercadológica da mídia.” (idem, p. 22).

Os desafios com os quais se deparam as universidades públicas são temas de um debate permanente, no interior e externamente às instituições. Em um cenário marcado pela “erosão da legitimidade”, as mudanças que vêm ocorrendo na educação superior brasileira, como refletem Domingos Sobrinhos et. al. (2016), e de forma acentuada nos últimos vinte anos, ocorrem em um ambiente de disputas e interesses econômicos e sob forte influência de outros campos.

Neste momento histórico, o campo acadêmico brasileiro sofre forte pressão do campo do poder, no qual o Estado desempenha papel fundamental, e do campo econômico, por meio dos compradores de força de trabalho que procuram reduzir a autonomia do sistema de ensino, buscando torná-la cada vez mais dependente da economia. (DOMINGOS SOBRINHO et al., 2016, p. 45)

O modo como se organiza hoje o ensino superior no Brasil também é um indicativo da natureza desta mudança. Domingos Sobrinho et al. (2016) replicam dados divulgados segundo os quais havia, em 1990, 1,5 milhão de estudantes vinculados a 918 Instituições de Ensino Superior (IES) no país, número que teria ultrapassado os 7 milhões de alunos, em 2013, matriculados em 2.416 IES. Deste total, 70% eram privadas e concentravam a maior parte das vagas existentes. (PRIMI *apud* DOMINGOS SOBRINHO, LIRA, MIRANDA, 2016, p. 47). A expansão do ensino privado, no Brasil, tem como contraponto a defesa explícita do fim da modalidade pública de formação universitária, com claro entusiasmo midiático, como neste título do OESP (21/11/17)⁴, “Para economizar, governo deveria acabar com o ensino superior gratuito, aponta Banco Mundial”, por ocasião da divulgação do último relatório da instituição financeira mundial⁵ que defende o desenvolvimento de países com base em políticas sociais privatizantes.

Segundo Sguissardi (2005), possivelmente o mais impactante documento elaborado pelo Banco Mundial sobre educação superior nas últimas décadas, *Higher education: the lessons of experience*, veio à luz em 1994, trazendo um diagnóstico da crise da educação superior e

4

Disponível

em:

<<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,para-economizar-governo-deveria-acabar-com-o-ensino-superior-gratuito-aponta-banco-mundial,70002091613>> Acesso em 30 maio 2017.

⁵ Disponível em <<http://www.bancomundial.org/es/who-we-are>> Acesso em 30 maio 2017.

apresentando como pano de fundo o déficit público dos países em desenvolvimento. Contrapunha-se, assim, ao

[...] suposto modelo único de universidade de pesquisa e ao excessivo comprometimento do fundo público com elas, utilizando-se da tese do maior retorno individual e social dos investimentos em educação básica para justificar uma série de *recomendações*, que retomam, aprofundando, *recomendações* anteriores, às quais se acrescem outras tantas. É neste documento que se defende com grande vigor e insistência, entre outras ações: a maior diferenciação institucional, “incluído o desenvolvimento de instituições privadas”; e a criação de incentivos “para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre financiamento fiscal e os resultados”. (SGUISSARDI, 2005, p. 110) [grifos do autor]

Nesta ótica, os meios de comunicação cumprem um papel legitimador deste tipo de proposição, na medida em que permitem uma circulação generalizada das formas simbólicas, alargando o espaço discursivo nos diversos campos sociais. Esses processos dão visibilidade a discursos que sustentam uma diversidade de valores, formas e ambientes de comunicação que, por sua vez, hierarquizam as informações que geram notícias. Como afirma Thompson (2010) acerca da teoria social da mídia por ele desenvolvida, a visibilidade mediada (pelas mídias) “não é apenas um veículo por meio do qual os aspectos da vida social e política são levados ao conhecimento dos outros: ele se tornou o principal meio pelo qual as lutas sociais e políticas são articuladas e realizadas”. (THOMPSON, 2010, p. 49). Nesta mesma direção coloca-se Castells.

El poder se ejerce fundamentalmente construyendo significados en la mente humana mediante los procesos de comunicación que tienen lugar en las redes multimedia globales-locales de comunicación de masas, incluida la *autocomunicación de masas*. Aunque las teorías sobre el poder y la observación histórica apuntan a la importancia decisiva del monopolio de la violencia por parte del estado como origen del poder social, sostengo que la capacidad para emplear con éxito la violencia o la intimidación requiere el enmarcado individual y colectivo de las mentes. (CASTELLS, 2009, p. 535) [grifo nosso]

O relatório do Banco Mundial⁶ sobre questões sociais brasileiras, intitulado “Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” e divulgado em novembro de 2017, informa à página 128 que, “enquanto professores do ensino básico recebem salários equivalentes em linha com países de renda similar, os salários dos professores universitários parecem estar acima de vários países com renda per capita maior”. Em outro trecho do relatório, a crítica é direcionada ao custo per capita do aluno que frequenta uma universidade pública e gratuita, conforme modelo prevalente no país. “Alunos nas universidades públicas brasileiras em média custam de duas a três vezes mais do que alunos matriculados em universidades privadas.”

6

Disponível no link:<<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>> Acesso em 12 dez. 2017.

(2017, pp. 123/4). Em 21 de novembro, título de matéria veiculada pelo jornal O Globo destacava o propósito do relatório: “Banco Mundial recomenda fim da gratuidade nas universidades públicas”⁷ No *lead*, a publicação coloca palavras em negrito com claro intuito de reforçá-las: “Em um relatório em que defende mais **eficiência** dos gastos públicos no Brasil, o Banco Mundial recomendou ao governo brasileiro que **extinguisse o acesso gratuito ao ensino superior público.**”

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A greve das universidades federais, em 2015, transcorreu paralelamente ao recrudescimento do cenário de instabilidade política e econômica no país que marcou o início do mandato de Dilma Rousseff, em janeiro daquele ano e que culminou, em setembro de 2016, com o impeachment da presidenta eleita para o segundo mandato. Ao tomar posse no dia 1º de janeiro daquele ano, Rousseff anunciou o lema de governo de seu segundo mandato como presidenta da República: Brasil, pátria educadora. Porém, em maio/2015, o governo já havia anunciado cortes de R\$ 9,5 bilhões no orçamento destinado à educação – dois meses depois, a área perdeu outro R\$ 1 bilhão. “Ainda que proporcionalmente a pasta tenha sido mais preservada que outras da Esplanada dos Ministérios, a Educação teve um dos maiores cortes nominais: foram R\$ 10,6 bilhões no ano, o que reduziu o Orçamento autorizado para 2015 de cerca de R\$ 109 bilhões para aproximadamente R\$ 98 bilhões”, lê-se em retrospectiva do ano veiculada pela Agência Brasil, braço comunicativo do governo. A oscilação do montante de recursos destinados à Educação aparece neste editorial de OESP (3/6) intitulado “A greve das federais”, reproduzindo a fala do reitor da UFRJ:

Entre 2007 e 2014, tivemos um aumento de 55% no número de alunos. Mas, hoje, temos só metade da verba de custeio. Em 2011, eram R\$ 230 milhões para manutenção e pagávamos os salários de 870 funcionários terceirizados. Hoje, são R\$ 301 milhões para 5 mil funcionários terceirizados. As universidades federais se expandiram, fizeram sua parte. O MEC não pode abandoná-las agora, diz Leher. [Roberto Leher, reitor da UFRJ].

No noticiário recortado para nossa análise, as críticas ocuparam profusamente os espaços destinados a editoriais e artigos, conforme a referência utilizada no campo dos gêneros jornalísticos. O primeiro texto veiculado pela Folha de S. Paulo (FSP) sobre a greve de 2015 foi justamente um artigo na página destinada a articulistas convidados, e assinado pelo senador Aécio Neves, candidato derrotado por Rousseff no segundo turno das eleições presidenciais de 2014 por uma estreita diferença de 3,6% dos votos. A propósito deste fato, publicação do mesmo jornal destacou o placar apertado de vitória de reeleição da presidenta, depois de intensa polarização com o oponente no segundo turno da eleição. Em contrapartida, a ampla coligação que a havia apoiado obteve 59% e 65,9% dos assentos da Câmara dos Deputados e do Senado, respectivamente. Tratava-se, portanto, de um governo com uma clara maioria no Congresso.

7

Disponível no link
<<https://oglobo.globo.com/economia/banco-mundial-recomenda-fim-da-gratuidade-nas-universidades-publicas-22092715>> Acesso em 12 dez. 2017.

No texto assinado por Neves em 25 de abril de 2015⁸, três dias antes do dia agendado para início da greve das universidades federais, o argumento principal contra a oponente vitoriosa era o que julgava um paradoxo entre o slogan do novo mandato presidencial de Rousseff e os cortes no repasse de verbas para a Educação. O mesmo jornal, dois dias depois, publicou artigo de um jornalista da sua equipe, Bernardo Mello Franco, que principia no estilo que mescla exemplarmente informação e comentário (ou opinião). “Esta quarta-feira [28] marcará o início de uma onda de greves nas universidades federais. As paralisações devem ser longas, e não há solução à vista. O Ministério da Educação, que já estava na penúria, acaba de perder R\$ 9,42 bilhões de seu orçamento para 2015.”⁹

Chama a atenção, na análise do corpus de informações veiculadas pelas mídias analisadas, o baixo volume de notícias sobre um movimento social que impactou de maneira significativa as atividades em campi universitários ao longo de quase cinco meses. Considerando o total de 30 peças veiculadas, isoladamente, por FSP e OESP entre maio e outubro de 2017, obtém-se a ínfima média de 5 notícias/mês, praticamente a mesma obtida pelo Correio Braziliense, com apenas 3 notícias adicionais. Em contrapartida, o portal G1 aparece nesta pesquisa com um volume surpreendentemente elevado (50), comparado aos demais, visivelmente pelo fato de reproduzir na web notícias originariamente veiculadas, por exemplo, nas emissoras afiliadas ao sistema globo de televisão. Esta estrutura permitiu ao G1 produzir um noticiário com relatos de lideranças do movimento grevista em universidades fora dos grandes centros, ao contrário da ênfase da FSP e do OESP nas instituições da região Sudeste, primordialmente. O Correio destacou a movimentação favorável e contrária à paralisação no interior da Universidade de Brasília, que terminou alijada da greve em meio a forte debate interno.

Outro aspecto que salta à vista é a frequência de notícias por veículo. A Folha concentra o maior número de publicações em setembro (30%), seguido de outubro (20%), ou seja, faculta mais espaço editorial ao que poderíamos classificar de ‘estertores’ da greve, quando a via de negociação com o governo se mostrava inócua e o movimento se desgastava visivelmente. O Estado, ao contrário, concentrou o maior volume de publicações nos primeiros dois meses da paralisação (respectivamente, 26,7% em maio e 23,3% em junho) destacando, portanto, a deflagração da greve em um número crescente de universidades, frequência próxima a do Correio Braziliense, que concentrou o maior volume noticioso em junho (39,4%), enquanto o portal G1 direcionou maciçamente sua cobertura para o mês inaugural do movimento nas universidades, com 44% das notícias concentradas em maio.

Efetivamente, uma visão geral acerca dos relatos da greve de 2015 por parte das quatro mídias pesquisadas, nos permite destacar que é na imbricação entre os vários formatos de notícias, além da pauta essencialmente repetitiva – limitada a acompanhar com intencional displicência o passar dos dias de paralisação, informando o número de instituições paradas e as tentativas dos grevistas de obter respostas do governo e, da parte deste, de esquivar-se a dá-las em um cenário de forte crise político-institucional e também econômica –, que se constrói um noticiário que investe, sob a forma de editoriais e artigos assinados, contra o princípio constitucional do ensino público superior gratuito. Desta maneira, o noticiário se constrói

⁸ Artigo publicado sob o título “Pátria Educadora?”. FSP

⁹ Artigo publicado sob o título “Um professor contra a greve”. FSP

quase sempre sem grandes novidades ou vieses acerca da problemática anunciada pelos grevistas.

Nesta abordagem do processo de seleção típico da atividade noticiosa, recorremos a Patrick Charaudeau (2015), que lista alguns critérios hierárquicos de importância crucial para a seleção dos textos a serem reportados nas mídias, tais como: a temporalidade (o público tem interesse no presente), a expectativa (informações ao público-alvo) e a sociabilidade (assuntos do espaço público). O autor ainda vai mais além quando afirma que “o acontecimento é selecionado em função de seu potencial de saliência, que reside ora no notável, no inesperado, ora na desordem.” (CHARAUDEAU, 2015, p.141). Sodré (2012) fala em regras hierárquicas de importância para a decisão de um veículo noticiar um fato e também, e aqui ressaltamos este viés, sobre o que há de presunçoso na decisão de reportar um dado da realidade.

O texto de jornal representa basicamente um tipo de intervenção na língua – com os recursos retóricos da clareza e da concisão – afinado com a estrutura ideológica do sistema informativo, cuja forma mais evidente é a presumida *transparência* da realidade, por meio da evidência noticiosa dos fatos. É, porém, uma presunção que esconde as refrações, as distorções e a mística do que se pretende erigir como espelho do real. (SODRÉ, 2012, p. 16) [grifo do autor]

No presente estudo, se consideramos a greve como um fato que implica a paralisação de uma parte expressiva das universidades federais do país, com implicações práticas importantes¹⁰, o baixo volume de notícias não sinaliza apenas desinteresse em torno do movimento de funcionários técnicos e docentes, sob o argumento da previsibilidade das reivindicações ou do esvaziamento das instituições de ensino superior em um momento de crise institucional como o verificado naquele ano de 2015. A nosso ver, a baixa noticiabilidade do movimento demonstra uma das vertentes de manipulação dos fatos, corroborando a postura teórica aqui adotada.

Dar muitos ou poucos detalhes sobre um fato ou bem descrevê-lo de maneira específica ou abstrata e geral configura claramente uma maneira de articular um determinado discurso. (van Dijk, 2003, p. 60) Nos exemplos que ilustram esta propriedade discursiva, encontramos duas notícias publicadas pela FSP sobre a deflagração da greve. No dia 28, uma reportagem cujo título “Greve nas universidades federais agrava crise após corte de verba” soma três informações simultâneas: o início da paralisação, a crise de recursos vivida cronicamente pelas instituições e a redução nos repasses financeiros por parte do governo federal. O lead¹¹ inverte a ordem noticiosa e inicia pelo contexto para alcançar o fato: “Com dificuldades para fechar as contas devido aos cortes de repasses da União, as universidades federais do país terão de lidar nas próximas semanas com greves de servidores e de docentes.”

¹⁰ Segundo a reportagem da FSP de 28/5/2015, ‘Greve nas universidades federais agrava crise após corte de verba’, as 63 universidades somavam, à época, 1.045.507 alunos matriculados em 5.655 cursos de graduação presencial, além de contarem com 150 mil funcionários e 101 mil professores (em exercício e afastados)..

¹¹ “Cabeça de uma matéria, ou abertura que, segundo a técnica de redação consagrada por manuais norte-americanos, deve apresentar um sumário do acontecimento-notícia.” (MEDINA, 1986, p. 92)

No seguimento do fato, uma nota curta é publicada pela FSP no dia posterior ao início da greve: “Professores de federais decidem por paralisação” (FSP, 29/05). O único parágrafo da notícia informa: “Menos de uma semana após o governo federal anunciar corte de R\$ 9,4 bilhões na educação, professores de 19 universidades federais declararam greve por tempo indeterminado. Oito universidades do Nordeste, sete do Norte, três do Centro-Oeste e os da UFF (Federal Fluminense), no Sudeste, decidiram interromper as atividades”. O seguimento da notícia [também chamado informalmente de *súite* nas redações] dá uma medida da decisão da banalização do movimento pelo noticiário da FSP. Nenhum outro gancho justificaria explicitar nos dias seguintes à deflagração da greve uma cobertura mais atenta, especialmente considerando a iminência de término de um semestre universitário?

Autor egresso dos meios jornalísticos, Alsina (1993) afirma não haver dúvida que a organização [empresa que alberga o meio de comunicação] condiciona a produção não apenas no nível técnico, mas também ideológico. A própria profissão jornalística se autolegitima em seu papel de transmissores da realidade social. Por outro lado, como aponta, consistiria em um “pecado original”, para estes profissionais, admitir que sua atividade promove a construção social da realidade. (ALSINA, 1993, pp. 23, 24)

CONCLUSÃO

Nosso olhar convergiu para o universo da educação e, mais explicitamente, para o cenário das universidades federais brasileiras durante a última grande greve realizada até o presente, entre maio e outubro de 2015, a maior delas (139 dias) na história recente do movimento de entidades de docentes e funcionários administrativos que cobram do Estado a prioridade para o ensino público e a permanência deste direito. A nosso ver, a tese da qual extraímos este artigo assume o papel memorialístico relacionado àquele momento histórico da universidade em crise, com um governo em pleno enfrentamento de uma crise político-institucional de grande.

Observamos, no curso da análise dos dados reunidos, uma série de estratégias noticiosas que terminam por ressaltar determinados pontos de vista e omitir outros tantos, distorcendo o relato do acontecimento e adequando-o aos interesses que permitem exercer o poder simbólico que as mídias detêm, o qual decorre de sua posição no campo do jornalismo e de suas relações com o campo econômico e político. Entendemos que a operacionalização do poder simbólico ganha visibilidade nas artimanhas discursivas explicitadas pela Análise Crítica do Discurso.

Foi possível constatar que a formulação da problemática da universidade pública brasileira aparece no material noticioso de maneira fragmentada e desconectada do seu contexto histórico e social, e parece pretender ocultar a fonte da crise crônica. Como múltiplas vozes sinalizam há décadas, o modelo de universidade pública no Brasil sofre abalos contínuos, seja por pressão de atores sociais que desejariam a cessação da gratuidade no ensino superior, seja pela instabilidade política e econômica e seus efeitos perversos sobre instituições que dependem visceralmente das verbas oficiais, seja, enfim, por ruídos processados no interior do próprio meio acadêmico, com as divisões políticas, a multiplicidade de entidades que pretendem representar os docentes e os demais funcionários das universidades. As universidades federais brasileiras continuam sob pressão dos que hasteiam alto a bandeira do ensino superior privado, com apoio explícito da grande mídia, como demonstramos ao longo de nossa análise.

No lugar de uma leitura do real pautado pela dialogia frente ao momento histórico vivido na ocasião, assistiu-se ao reforço da estereotipia que ainda associa as universidades públicas brasileiras a *locus* de funcionários interessados tão somente em seus próprios soldos. Estes e suas entidades também se mostraram incapazes de produzir uma pauta convergente de reivindicações, esvaziando o movimento e colocando em questão a força argumentativa em futuras paralisações. No momento em que finalizamos este artigo (julho/2019), as universidades federais brasileiras estavam sob forte pressão orçamentária, com cortes no montante de 30% das verbas de manutenção da estrutura ordinária das instituições, além de conviverem com propostas de gestões externas do orçamento. Em plena vigência de um governo que investe contra todas as conquistas sociais, entre as quais se inclui necessariamente a ampliação do acesso a vagas no sistema público universitário, há grande temor de um retrocesso neste campo e estímulo à expansão do sistema privado de ensino superior.

REFERÊNCIAS

ALSINA, M.R. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1993.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: Ed.UNESP, 2004.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 11ª ed. Campinas: Papyrus, 2014.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CASTANHO, S. **Globalização, redefinição do Estado Nacional e seus impactos**. In LOMBARDI, J.C. (org.). (2009). *Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais*. Campinas/SP: UnC, 2009.

CASTELLS, M. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

CHARAUDEAU, P. (2015). **Discurso das Mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

CHAUÍ, M. **Simulacro e Poder**. Uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DOMINGOS SOBRINHO, M.; LIRA, A.A.D.; MIRANDA, M.M. (2016). **Representações sociais e a construção dos novos sentidos de universidade no Brasil contemporâneo**, In: DOMINGOS SOBRINHO, M.; ENNAFAA, R.; CHALETA, E. (coords.). *La Educación Superior, el Estudiantado y la Cultura Universitaria*. Valencia: Editorial Neopatria, 2016.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora UnB, 2003.

FOWLER, R. **Language in the News: Discourse and Ideology in the Press**. Londres: Routledge, 1991.

GAMBOA, S.S. **A globalização e os desafios da educação no limiar do novo século.** In. LOMBARDI, J.C. (org.). (2009). Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais. Campinas/SP: UnC, 2009.

LOMBARDI, J.C. **Globalização, Pós-Modernidade e Educação.** São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2009.

MORAES, D. de. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia:** a contribuição teórica de Gramsci. Revista Debates, Porto Alegre, jan.-jun 2010, v.4, n.1, pp. 54-77.

SGUISSARDI, V. **Universidade pública estatal:** entre o público e o privado/ mercantil. Educação & Sociedade, Campinas-SP, 2005, v.26, n.90, pp.191-222.

SODRÉ, M. **A narração do fato:** Notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2012.

THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade.** Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2010.

VAN DIJK, T. **Ideología y Discurso.** Barcelona: Ariel, 2003.

_____. **Discurso y poder.** Barcelona: Gedisa, 2009.